

REIS FRIEDE • ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR

TUTELAS DE URGÊNCIA
EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA



REIS FRIEDE
ALBERTO NOGUEIRA JÚNIOR

TUTELAS DE URGÊNCIA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

Área específica:
Processo Tributário

Áreas afins:
Processo Civil, Constitucional e Tributário

Público-alvo/consumidores:
Magistrados, advogados, professores e
estudantes

220 páginas
ISBN 978-85-7700-406-5
Formato: 14,5x21,5 cm
CÓDIGO: 1000038

A presente obra, *Tutela de urgência em matéria tributária*, de autoria dos juristas, professores e magistrados Reis Friede e Alberto Nogueira Júnior, que ora se oferece à comunidade acadêmica e profissional do direito, *alude* ao sempre importante e atual *tema das tutelas de urgência, particularmente em matéria fiscal e tributária*, de forma amplamente atualizada, consoante a Lei nº 12.016/2009 e a mais recente jurisprudência dos tribunais, *abordando* didaticamente a concessão das *medidas de urgência* que se fazem necessárias à defesa dos *direitos fundamentais*, inclusive contra as *inconstitucionais proibições* estabelecidas em lei ou ato normativo. Examina, também, detalhadamente, as condições e requisitos de admissibilidade e de continuidade da eficácia de todas as *modalidades de tutelas de urgência*, esclarecendo as hipóteses de validade e eficácia da coisa julgada material inconstitucional, particularmente quando a declaração de inconstitucionalidade proferida pelo STF, em ação direta de controle de constitucionalidade, não houver precedido a *decisão* proferida pelas instâncias ordinárias. *Realiza*, ainda, um detalhado estudo sobre o uso da *carta de fiança bancária* como instrumento de *contracautela* à concessão de *medidas de urgência* contra o Poder Público, tendo em vista a mais moderna doutrina e jurisprudência que defendem a possibilidade dessa espécie de garantia em âmbito administrativo, bem como *analisa* decisões do STF em sentido favorável a esse entendimento, além de aprofundar diversos outros aspectos relevantes relativos ao tema.

Reis Friede

Desembargador Federal – TRF 2ª Região. Ex-membro do Ministério Público de Minas Gerais. Ex-Professor Adjunto da Universidade do Rio de Janeiro (UNIRIO). Mestre em Direito do Estado pela Universidade Gama Filho (UGF). Mestre e Doutor em Direito Público pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor Adjunto da Escola de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Graduado em Ciências Jurídicas (UCAM). Bacharel em Administração (UCAM), Engenharia (UERJ/USU), Arquitetura (USU) e Economia (UFRJ).

Alberto Nogueira Júnior

Especialista (UFF). Mestre e Doutor em Direito (UGF). Professor Adjunto da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da SESP/UniverCidade. Juiz Federal da 10ª Vara/RJ. Três livros publicados *Medidas Cautelares Inominadas Satisfativas ou Justiça Cautelar* (LTr, 1998); *Cidadania e Direito de Acesso aos Documentos Administrativos* (Renovar, 2003); *Segurança – Nacional, Pública e Nuclear – e o Direito à Informação* (UniverCidade, 2006); dezenas de artigos publicados em revistas especializadas, impressas e eletrônicas; dezenas de cursos *lato sensu* realizados; participações em bancas examinadoras de concursos públicos para provimento de cargos de magistério superior.

SUMÁRIO DO LIVRO:

CAPÍTULO I

A TUTELA DE URGÊNCIA COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL

CAPÍTULO II

LIMITAÇÕES GERAIS PARA A CONCESSÃO DE MEDIDAS LIMINARES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA EM TUTELA CAUTELAR E EM TUTELA ANTECIPATÓRIA

CAPÍTULO III

LIMITES OBJETIVOS PARA A CONCESSÃO DE MEDIDAS LIMINARES EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA, EM TUTELA CAUTELAR

CAPÍTULO IV

LIMITES À DISCRICIONARIEDADE DO MAGISTRADO NA APRECIÇÃO DA MEDIDA LIMINAR 77

CAPÍTULO V

FUNDAMENTAÇÃO E MOTIVAÇÃO DO PRONUNCIAMENTO JUDICIAL RELATIVO ÀS MEDIDAS LIMINARES

CAPÍTULO VI

MEDIDA LIMINAR EM TUTELA ANTECIPATÓRIA

CAPÍTULO VII

NATUREZA JURÍDICA ESPECÍFICA DAS MEDIDAS LIMINARES E POSSIBILIDADE DE SATISFATIVIDADE INTRÍNSECA

CAPÍTULO VIII

O MICROSSISTEMA DE PROIBIÇÕES À CONCESSÃO DE MEDIDAS LIMINARES E ANTECIPAÇÕES DE TUTELA CONTRA O PODER PÚBLICO

CAPÍTULO IX

REVERSIBILIDADE ABSOLUTA DO PROVIMENTO CAUTELAR

CAPÍTULO X

DO DESCUMPRIMENTO DA ORDEM LIMINAR

CAPÍTULO XI
DEPÓSITOS JUDICIAIS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO XII
VINCULAÇÃO DE COMPETÊNCIA JURISDICIONAL ENTRE A AÇÃO CAUTELAR PREPARATÓRIA E A AÇÃO PRINCIPAL

CAPÍTULO XIII
LEVANTAMENTO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS E SUBSISTÊNCIA CIRCUNSTANCIAL E TEMPORAL DA MEDIDA CAUTELAR DE DEPÓSITO

CAPÍTULO XIV
DOS EFEITOS DA CASSAÇÃO OU DA REVOGAÇÃO DA MEDIDA LIMINAR EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO XV
MEDIDAS LIMINARES DEFERIDAS SEM EXIGÊNCIA DE CAUÇÃO

CAPÍTULO XVI
DA COMPENSAÇÃO EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO XVII
COISA JULGADA EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO XVIII
CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS

SOBRE OS AUTORES

ÍNDICE DE ASSUNTOS